



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025

Município de Restinga Sêca
Secretaria Municipal de Planejamento, Governança e Gestão
Processo Administrativo: /2025

Edital de Chamamento Público para prestação de serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação para os veículos e máquinas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Governança e Gestão, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está procedendo ao Chamamento Público, para o Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação, para os veículos e máquinas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca, processando-se essa licitação nos termos do Decreto Municipal nº 105/2023, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos dos Artigos 79, inciso I e 176 desta Lei por possuir menos de 20.000 habitantes e demais normas aplicáveis e Artigo art. 82, § 3º, § 3º Inciso I, II e III e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento, por prazo indeterminado, exclusivo de empresas sediadas no Município de Restinga Sêca/R.

1. OBJETO:

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem como objeto, o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação, necessários à manutenção dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, pertencentes às diversas Secretarias da Prefeitura de Restinga Sêca.

1.2. Os serviços, são necessários à manutenção dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal para assegurar condições adequadas de uso, segurança e eficiência operacional.

1.3. A demanda por serviços, ocorre de forma frequente, em razão da utilização constante da frota em atividades essenciais, como transporte escolar, obras públicas, serviços agrícolas e deslocamentos administrativos.

1.4. A contratação por credenciamento público apresenta-se como a forma mais adequada, uma vez que permite a participação de múltiplas oficinas locais previamente habilitadas, garantindo agilidade no atendimento, redução de custos operacionais e continuidade dos serviços públicos mesmo em situações emergenciais.

1.5. Ademais, o credenciamento estimula a participação de empresas locais, promovendo a geração de renda e o fortalecimento da economia do Município de Restinga Sêca, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação de regência.

1.6. Dessa forma, a presente contratação visa atender a uma necessidade contínua e essencial da Administração Municipal, garantindo a preservação da frota pública e a prestação adequada dos serviços à comunidade.

1.7. As especificações de óleo lubrificante, filtros e demais produtos a serem utilizados estão detalhadas na Tabela de Especificações Técnicas, anexa a este Chamamento Público, a qual relaciona cada veículo da frota municipal e a respectiva especificação homologada pela montadora. As credenciadas deverão obrigatoriamente seguir as especificações indicadas, sob pena de descredenciamento e demais sanções previstas.

1.8. Para precificação dos serviços necessários em cada manutenção deverão ser observados os valores dispostos na tabela abaixo:





ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
1.	Troca de óleo Veículos Leves e Caminhonetes	Serviço	15,00
2.	Troca de óleo Ônibus e Caminhões	Serviço	20,00
3.	Troca de óleo Maquinas Pesadas	Serviço	27,00
4.	Lubrificação / Biqueira	Serviço	4,60

2. PARTICIPAÇÃO:

2.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão, obrigatoriamente, possuir sede administrativa e operacional no Município de Restinga Sêca/RS, devidamente comprovada mediante apresentação de documento oficial que ateste o endereço, como contrato social, alvará de funcionamento ou outro documento equivalente.

Justificativas da participação:

a) Considerando a atual realidade das secretarias municipais de Restinga Sêca, especialmente no que tange à frota veicular disponível para o atendimento das demandas cotidianas, torna-se imprescindível adotar medidas que assegurem maior agilidade e eficiência nos serviços de manutenção dos veículos oficiais.

b) A baixa disponibilidade de veículos nas diversas secretarias tem comprometido o pleno atendimento às demandas da população, impactando diretamente na execução de serviços essenciais, como transporte de pacientes, deslocamento de equipes técnicas, entrega de materiais e realização de atividades administrativas em outras localidades.

c) Neste contexto, justifica-se a exigência de que os serviços de manutenção preventiva e corretiva sejam realizados, preferencialmente, dentro do próprio município de Restinga Sêca. Essa medida visa garantir maior rapidez na realização dos reparos, reduzir o tempo de indisponibilidade dos veículos, evitar custos adicionais com deslocamentos e fomentar a economia local, incentivando oficinas e prestadores de serviços estabelecidos no município.

d) Além disso, a realização dos serviços dentro do município permite maior controle e acompanhamento por parte dos responsáveis pelas frotas das secretarias, assegurando a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a otimização dos recursos públicos.

e) Portanto, a exigência de manutenção no âmbito de Restinga Sêca se apresenta como uma medida estratégica e necessária para garantir maior eficiência na gestão da frota municipal e continuidade na prestação de serviços à população.

2.2. Especificações para atendimento do objeto:

a) O município seguirá a ordem cronológica dos credenciamentos firmados para manter o rodízio de contratações com as empresas credenciadas.

b) A existência de credenciamento não obriga a Administração a firmar contratações de forma periódica, cabendo ao município contratar de acordo com a existência da demanda;

c) A empresa credenciada poderá abrir mão de executar o serviço para o qual for demandada, desde que formalize a desistência autorizando o município a seguir com o rodízio de contratações conforme a ordem dos credenciamentos.

d) A empresa credenciada deverá se comprometer a efetuar o descarte correto das peças e acessórios de acordo com as legislações e normas legais relacionados.

2.3. Do prazo de garantia:

2.3.1. A empresa credenciada fica obrigada a manter garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços.

2.3.2. A contagem dos prazos de garantia iniciar-se-á a partir da data de recebimento definitivo, pelo Município, das notas fiscais de serviços.

2.4. Participação:

2.4.1. Não poderá participar :

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Empresa não sediada no município de Restinga Sêca, RS;

c) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

d) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de





mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

e) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) Agente público do órgão ou entidade licitante;

j) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

l) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9 da Lei nº 14.133, de 2021.

k.1. O impedimento de que trata a letra “k” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as letras “a” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. O disposto as letras “a” e “c” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.8. A vedação de que trata a letras “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções legais previstas neste edital.

2.11. Os licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus Anexos, sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato/ata de registro, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

2.12. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

2.13. O licitante arcará com todos os custos diretos e indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado do processo licitatório.

2.14. A participação neste processo licitatório importa à licitante, a irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas e técnicas aplicáveis.





2.15. O poder Executivo Municipal de Restinga Sêca reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, sem que caiba direito indenizatório a quaisquer dos licitantes.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Para realizar o credenciamento, a empresa deverá atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e poderá protocolar pelo site do município no endereço: https://restingaseca.ldoc.com.br/b.php?pg=o/central_servicos&tab=categoria&filter=01JJACB1JPNJA8V485ZTRXKGNQ, no e-mail pregao@restingaseca.rs.gov.br ou presencialmente no setor de protocolos, localizado no Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Moisés Cantarelli, nº 368, bairro Centro, Restinga Sêca – RS, CEP 97200-000.

3.2. Aqueles que desejarem se credenciar deverão efetuar seu cadastro e enviar sua documentação descrita do item 5.6.1 ao 5.6.6, no período compreendido entre às 08h00min do dia 26 de novembro de 2025 até 26 de novembro de 2026.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, com os seguintes campos:

a) Item que deseja se credenciar, devendo respeitar os valores dispostos neste edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos lotes que demonstrarem interesse em participar, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual promovendo quando requerido sua substituição.

4.5. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos credenciados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato.

5. FASE DE HABILITAÇÃO:

5.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do credenciamento, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

5.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.6. Para realizar o credenciamento, a interessada deverá encaminhar a documentação de habilitação e a proposta, indicando expressamente os lotes de interesse, pelos meios descritos no item 3.1.

5.6.1. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e é responsável pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

d) Declaração de que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

e) Declaração por meio de seu (s) representante (s) legal (is), sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a presente data, nos termos da Lei 14.133/2021.

f) Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

OBS: Todas as declarações estão dispostas conforme modelo constante no ANEXO II.

5.6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.6.3. REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de inscrição no Cadastro Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa)

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

g) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.6.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.6.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade informado no corpo da certidão.

5.6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Para participação, a empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado ou pessoa física, que comprove experiência na prestação de serviços de troca de óleo, lubrificantes e filtros com características similares às descritas neste edital.

b) A contratada deverá apresentar DECLARAÇÃO de que dispõe de mão de obra qualificada, com profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços de manutenção de veículos e/ou máquinas.





5.7. Após o recebimento da documentação pela Comissão de Licitações, esta terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para análise e manifestação quanto ao credenciamento.

5.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.9. A verificação pelo Presidente da Comissão de Licitações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

a) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

6.1. O objeto será adjudicado ao licitante declarado habilitado, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

6.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.

6.3. Homologado o resultado da licitação, a detentora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Credenciamento, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

6.5. A disponibilização para assinatura será comunicada através do e-mail informado no momento do credenciamento.

6.6. A Administração poderá encaminhar o Termo de Credenciamento, mediante correspondência eletrônica, para assinatura eletrônica avançada, conforme § 1º do art. 3º do Decreto nº 56.671, de 26 de setembro de 2022, devendo ser assinada no prazo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas.

6.7. Serão formalizadas tantos Termos de Credenciamento quantos forem necessários para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante, a descrição do(s) lotes(s), as respectivas quantidades, lotes e demais condições.

6.8. O início da vigência do Termo de Credenciamento se dará com sua publicação nos termos legais.

7. RECURSOS:

7.1. A interposição de recurso referente à apresentação das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, deverá ser apresentada no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da data de publicação da ata no sítio oficial do Município.

7.2. Os recursos deverão ser protocolados pelo site do município no endereço: https://restingaseca.ldoc.com.br/b.php?pg=o/central_servicos&tab=categoria&filter=01JJACB1JPNJA8V485ZTRXKGNQ ou no e-mail pregao@restingaseca.rs.gov.br ou presencialmente no setor de protocolos, localizado no Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Moisés Cantarelli, nº 368, bairro Centro, Restinga Sêca – RS, CEP 97200-000.

7.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.restingaseca.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos> e no Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Moisés Cantarelli, Nº 368, bairro Centro, Restinga Sêca, RS.

8. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





- a) Após manifestar interesse, não celebrar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- c) Fraudar a licitação.
- d) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- e) Induzir deliberadamente a erro;
- f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nos itens será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens 8.1.b), 8.1.c), 8.1.f) e 8.1.g), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens, e 8.1.a), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.b), 8.1.c), 8.1.f) e 8.1.g), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens, e 8.1.a) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Referência, descrita no item 8.1.a), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo site do município no endereço, na aba protocolo ou no e-mail pregao@restingaseca.rs.gov.br ou presencialmente no setor de protocolos, localizado no Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Moisés Cantarelli, nº 368, bairro Centro, Restinga Sêca – RS, CEP 97200-000.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. OBRIGAÇÕES:

10.1. Constituem obrigações da credenciada:

a) Responder por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução da contratação, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;

b) Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;

c) A CREDENCIADA assume o compromisso formal de começar os serviços, objeto deste edital, para o qual for declarada habilitada, imediatamente após a assinatura e publicação do termo de Credenciamento;

d) A CREDENCIADA será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 72 (setenta e duas) horas, as providências necessárias para o ressarcimento;

e) Deverão ser prestados pela CREDENCIADA, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

f) No valor credenciado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto;

g) Prestar os serviços de manutenção conforme solicitação do Município e de acordo com a sua necessidade;

h) Manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e os dados cadastrais da CREDENCIADA atualizados;

i) A empresa deverá manter a qualificação de cada membro da equipe de funcionários que se responsabilizarão pelos trabalhos;

j) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços demandados, tendo prazo máximo de 24 horas para solucionar.

k) Reportar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas no período de execução dos serviços;

l) Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

m) Apresentar, por escrito, quando solicitado pela Contratante, relatório técnico dos serviços realizados;

n) Manter regular licença ambiental pertinente às atividades desenvolvidas;

o) Dar a destinação apropriada aos resíduos, obedecendo a preceitos da legislação ambiental;

p) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo





fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

- q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço de manutenção ou de materiais empregados;
- r) Responsabilizar-se por sinistros e acidentes com o veículo da Contratante, durante o período em que este estiver sob sua guarda e responsabilidade;
- s) Manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação;
- t) Designar um funcionário com o qual possa ser feito contato sempre que for necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos veículos que fazem parte do contrato e, em caso de mudança, o nome do novo encarregado deve ser informado, por escrito, ao Município;
- u) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- v) Prestar os serviços com qualidade, observando as boas práticas técnicas e as especificações estabelecidas no edital e no Termo de Credenciamento.
- w) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços.
- x) Manter comunicação constante com a administração pública para informações sobre o andamento dos serviços.
- y) **Utilização do mesmo tipo e marca de óleo:**
 - y.1) Nas futuras trocas de óleo, a empresa credenciada deverá utilizar a mesma marca e especificação de óleo lubrificante indicada no adesivo de controle da última troca, fixado no veículo.
 - y.2.) Caso não seja possível a utilização da mesma marca por motivo de descontinuidade ou falta momentânea no mercado, a credenciada deverá comunicar previamente à Secretaria solicitante e utilizar produto com especificação técnica equivalente ou superior, devidamente homologado pela montadora e autorizado pela Administração Municipal.

10.2. Constituem obrigações do Município:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor (es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei n. 14.133/21;
- b) Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21;
- c) As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21.
- d) Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue;
- e) Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva execução dos serviços contratados;
- f) Efetuar o pagamento ajustado e na data apazada;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços contratados, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela vencedora do certame;
- i) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- j) Comunicar ao município, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para regularização, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;
- k) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- l) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- m) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;





- n) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- o) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11. VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

- 11.1. O processo de Chamamento Público permanecerá aberto para novos credenciamentos, por prazo indeterminado.
- 11.2. Na hipótese de renovação dos Termos de Credenciamento, os valores das manutenções serão reajustadas conforme a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se o período de 12 (doze) meses contados da data da publicação do edital de chamamento em site oficial do Município.
- 11.3. O reajuste será aplicado mediante manifestação expressa da Administração Pública no ato da renovação, com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.4. Os Termos de Credenciamento oriundos deste Edital de Chamamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado, sucessivamente, por interesse da Administração e com anuência da credenciada, de acordo com o Capítulo V - Da Duração dos Contratos - da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 11.5. Qualquer pessoa jurídica que se enquadre nos serviços elencados neste edital, durante o prazo de vigência, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, pode solicitar seu credenciamento.
- 11.6. O credenciamento será realizado para a prestação imediata dos serviços contratados da empresa habilitada.
- 11.7. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 11.8. Em caso de optar pela renovação a Administração convocará os credenciados para atualização dos documentos de habilitação e para assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do Termo de Credenciamento.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.restingaseca.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos>.
- 12.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: ANEXO I - Termo de Referência; ANEXO II - Declarações; ANEXO III - Declaração de disponibilidade e ANEXO IV - Minuta do Termo de Credenciamento





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

EDUCAÇÃO E PROGRESSO

13. FORO:

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Restinga Sêca para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do Termo de Credenciamento dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Restinga Sêca, 25 de novembro de 2025.

NORTON SOARES DA ROSA
Prefeito Municipal





ANEXO I – TERMO E REFERÊNCIA

Município de Restinga Sêca, RS

Secretaria Municipal de Planejamento, Governança e Gestão

Necessidade: Serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação para veículos e máquinas da frota municipal.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas para execução de serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação para os veículos e máquinas da frota municipal, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a execução contínua dos serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação, necessários à manutenção dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal, pertencentes às diversas Secretarias da Prefeitura de Restinga Sêca, visando assegurar condições adequadas de uso, segurança e eficiência operacional.

A demanda por serviços, ocorre de forma frequente, em razão da utilização constante da frota em atividades essenciais, como transporte escolar, obras públicas, serviços agrícolas e deslocamentos administrativos.

A contratação por credenciamento público apresenta-se como a forma mais adequada, uma vez que permite a participação de múltiplas oficinas locais previamente habilitadas, garantindo agilidade no atendimento, redução de custos operacionais e continuidade dos serviços públicos mesmo em situações emergenciais.

2.2. Do ponto de vista legal, a contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no art. 78, que autoriza o credenciamento para prestação de serviços de forma paralela e não excludente, quando houver justificativa de inviabilidade de competição e interesse público em ampliar a rede de prestadores.

Ademais, o credenciamento estimula a participação de empresas locais, promovendo a geração de renda e o fortalecimento da economia do Município de Restinga Sêca, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação de regência.

2.3. Dessa forma, a presente contratação visa atender a uma necessidade contínua e essencial da Administração Municipal, garantindo a preservação da frota pública e a prestação adequada dos serviços à comunidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de troca de óleo, filtros e lubrificantes, com fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, dos veículos e máquinas pertencentes à frota das Secretarias Municipais de Restinga Sêca.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante, conforme cronograma e necessidade operacional de cada unidade, observando-se as recomendações dos fabricantes dos veículos e o controle de quilometragem ou horas de uso.

3.3. Os serviços compreenderão, de forma integrada:

- Substituição de óleo lubrificante do motor, transmissões e sistemas hidráulicos, conforme especificações técnicas de cada veículo ou máquina;
- Troca de filtros de óleo, de ar, de combustível e de cabine, conforme periodicidade indicada;
- Fornecimento dos materiais utilizados, que deverão ser novos, de primeira linha, com certificação da ANP e compatíveis com as marcas e modelos da frota municipal;
- Responsabilidade ambiental pelo recolhimento e destinação final adequada dos resíduos gerados, especialmente óleos usados, filtros contaminados e embalagens, conforme determina a Resolução CONAMA nº 362/2005 e demais normas ambientais vigentes.

3.4. A solução contempla a manutenção preventiva e a preservação do patrimônio público, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços essenciais prestados pelas diversas secretarias, como transporte escolar, saúde, obras, agricultura, infraestrutura e administração geral.

3.5. Com a adoção dessa forma de execução, busca-se:

- Padronizar o serviço de manutenção de lubrificação da frota;
- Reduzir custos operacionais, evitando paradas prolongadas e danos por falta de manutenção;
- Garantir rastreabilidade e controle gerencial dos serviços realizados;
- Assegurar a conformidade ambiental e técnica, atendendo às normas de segurança, qualidade e sustentabilidade.





3.6. Assim, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, representando a alternativa mais vantajosa e adequada ao interesse público para o atendimento das necessidades da Administração Municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo o credenciamento de empresas especializadas na execução dos serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação, com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais de Restinga Sêca/RS.

O credenciamento permitirá o atendimento descentralizado e simultâneo, conforme a demanda de cada secretaria, assegurando agilidade, qualidade e economicidade à administração pública.

Considerando que a troca de óleo, lubrificação e demais serviços correlatos demandam atendimento contínuo, ágil e imediato, devido à necessidade de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, justifica-se a restrição de participação às empresas sediadas no município de Restinga Sêca. A limitação territorial tem por objetivo assegurar eficiência operacional, redução de custos com deslocamentos, otimização dos tempos de resposta e maior controle logístico das atividades, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa. Ademais, a contratação de empresas locais contribui para o desenvolvimento econômico municipal, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o objeto envolve serviços de execução rotineira, cuja viabilidade técnica está diretamente condicionada à proximidade geográfica.

4.1. Requisitos Técnicos

A empresa credenciada deverá possuir instalações adequadas e estrutura operacional compatível com os serviços ofertados, incluindo boxes de manutenção, ferramentas, equipamentos e pessoal qualificado;

Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados, com experiência comprovada na área de manutenção automotiva e/ou de máquinas pesadas;

Os óleos lubrificantes deverão atender às especificações recomendadas pelos fabricantes dos veículos e máquinas, possuir certificação da ANP e apresentar comprovação de procedência;

Os filtros e demais materiais de reposição deverão ser novos, originais ou equivalentes de primeira linha, com garantia de qualidade;

A empresa deverá possuir procedimento regular de coleta e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados (óleos usados, filtros, embalagens e graxas), conforme Resolução CONAMA nº 362/2005 e demais normas ambientais;

4.2. Requisitos Administrativos

O termo de credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme o interesse público e a legislação vigente;

O Chamamento público será aberto e contínuo, podendo novas empresas solicitar adesão durante a vigência do edital, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas;

O pagamento será efetuado por demanda atendida, conforme valores unitários homologados e comprovados mediante nota fiscal e atesto do fiscal do contrato;

As empresas deverão manter regularidade fiscal, trabalhista e ambiental durante todo o período de vigência;

A empresa deverá indicar responsável técnico para responder pelas atividades e manter canal de comunicação ativo (telefone e e-mail) para solicitações e agendamentos.

4.3. Requisitos de Fiscalização e Controle

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que registrará as informações de cada atendimento em planilha de controle;

O controle administrativo abrangerá ordens de serviço, quilometragem/horímetro, tipo e quantidade de insumos aplicados, datas de execução e valores pagos;

Irregularidades na execução, descumprimento de prazos, uso de produtos inadequados ou não conformes poderão ensejar advertência, suspensão ou descredenciamento da empresa;

A fiscalização poderá realizar vistorias técnicas nas instalações das credenciadas a qualquer tempo, para verificação das condições operacionais e ambientais.





4.4. Habilitação:

A contratada deverá apresentar documentação que comprove sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido pela legislação vigente:

DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e é responsável pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) () Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da lei 14.133/2021.
- c) () Declaro para os devidos fins do disposto nº 63, IV, da lei 14.133/2021, que possuo menos de 100 (cem) empregados, estando portanto, desobrigada ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- d) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e) Declaração de que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.
- f) Declaração por meio de seu (s) representante (s) legal (is), sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a presente data, nos termos da Lei 14.133/2021.
- g) Declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa)
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.





QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

a.1) Em não havendo validade informada na certidão, será considerada dentro da validade aquela com prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data de emissão do documento.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Para participação, a empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado ou pessoa física, que comprove experiência na prestação de serviços de borracharia para veículos e/ou máquinas com características similares às descritas neste Termo de Referência.

b) A contratada deverá apresentar DECLARAÇÃO de que dispõe de mão de obra qualificada, com profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços de manutenção de veículos e/ou máquinas.

4.5. Responsabilidades:

A contratada deverá garantir a execução dos serviços conforme as normas técnicas aplicáveis, assim como a qualidade das peças fornecidas e a eficiência da mão de obra. Além disso, deverá cumprir com as responsabilidades legais e contratuais, assumindo a responsabilidade por qualquer dano ou falha decorrente da execução do serviço ou fornecimento de peças inadequadas.

4.6. Capacitação e Treinamento:

A contratada deverá garantir que sua equipe técnica esteja capacitada e treinada conforme as exigências específicas de cada tipo de manutenção. Também deverá oferecer treinamentos regulares para garantir que os profissionais envolvidos no serviço estejam sempre atualizados com as melhores práticas e inovações tecnológicas.

4.7. Conformidade com a Legislação Ambiental e de Segurança:

A contratada deverá cumprir integralmente com as normas ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis aos serviços de manutenção, incluindo a disposição adequada de resíduos e a adoção de medidas que garantam a segurança dos trabalhadores e do meio ambiente.

4.8. Cumprimento de Prazos e Qualidade dos Serviços:

A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a execução dos serviços, bem como garantir a qualidade da manutenção realizada, conforme as especificações acordadas e a legislação pertinente.

4.9. Acompanhamento e Fiscalização:

A contratada deve permitir a fiscalização dos serviços pela Administração Municipal, proporcionando o acesso às suas instalações, documentos e relatórios pertinentes, a fim de garantir a correta execução dos serviços contratados.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Chamamento Público.

5. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

a) Responder por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução da contratação, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;

b) Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;

c) A CREDENCIADA assume o compromisso formal de começar os serviços, objeto deste edital, para o qual for declarada habilitada, imediatamente após a assinatura e publicação do termo de Credenciamento;

d) A CREDENCIADA será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 72 (setenta e duas) horas, as providências necessárias para o ressarcimento;





- e) Deverão ser prestados pela CREDENCIADA, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- f) No valor credenciado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto;
- g) Prestar os serviços de manutenção conforme solicitação do Município e de acordo com a sua necessidade;
- h) Manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e os dados cadastrais da CREDENCIADA atualizados;
- i) A empresa deverá manter a qualificação de cada membro da equipe de funcionários que se responsabilizarão pelos trabalhos;
- j) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços demandados, tendo prazo máximo de 24 horas para solucionar.
- k) Reportar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas no período de execução dos serviços;
- l) Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- m) Apresentar, por escrito, quando solicitado pela Contratante, relatório técnico dos serviços realizados;
- n) Manter regular licença ambiental pertinente às atividades desenvolvidas;
- o) Dar a destinação apropriada aos resíduos, obedecendo a preceitos da legislação ambiental;
- p) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço de manutenção ou de materiais empregados;
- r) Responsabilizar-se por sinistros e acidentes com o veículo da Contratante, durante o período em que este estiver sob sua guarda e responsabilidade;
- s) Manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação;
- t) Designar um funcionário com o qual possa ser feito contato sempre que for necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos veículos que fazem parte do contrato e, em caso de mudança, o nome do novo encarregado deve ser informado, por escrito, ao Município;
- u) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- v) Prestar os serviços com qualidade, observando as boas práticas técnicas e as especificações estabelecidas no edital e no Termo de Credenciamento.
- w) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços.
- x) Manter comunicação constante com a administração pública para informações sobre o andamento dos serviços.
- y) **Utilização do mesmo tipo e marca de óleo:**
 - y.1) Nas futuras trocas de óleo, a empresa credenciada deverá utilizar a mesma marca e especificação de óleo lubrificante indicada no adesivo de controle da última troca, fixado no veículo.
 - y.2.) Caso não seja possível a utilização da mesma marca por motivo de descontinuidade ou falta momentânea no mercado, a credenciada deverá comunicar previamente à Secretaria solicitante e utilizar produto com especificação técnica equivalente ou superior, devidamente homologado pela montadora e autorizado pela Administração Municipal.

6. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor (es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei n. 14.133/21;
- b) Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21;





- c) As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21.
- d) Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue;
- e) Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva execução dos serviços contratados;
- f) Efetuar o pagamento ajustado e na data apazada;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços contratados, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela vencedora do certame;
- i) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- j) Comunicar ao município, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para regularização, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;
- k) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- l) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- m) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- n) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- o) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto dar-se-á por meio de credenciamento público de empresas especializadas em serviços de troca de óleo, filtros e lubrificantes, que atendam aos requisitos estabelecidos no edital e neste Termo de Referência, permitindo a prestação paralela e não exclusiva dos serviços, conforme a demanda da Administração Municipal.

7.2. Cada empresa credenciada ficará habilitada a realizar os serviços de troca de óleo, filtros e lubrificantes mediante solicitação formal das Secretarias Municipais, respeitando a tabela de valores previamente fixada pela Prefeitura e constante do edital de chamamento público.

7.3. Forma de Atendimento

7.3.1. As Secretarias Municipais encaminharão o veículo ou máquina à oficina credenciada disponível, conforme conveniência e necessidade do serviço;

7.3.2. O credenciado deverá realizar o serviço solicitado em prazo hábil, garantindo qualidade e segurança; Após a conclusão, o responsável pela Secretaria ou pelo controle de frota deverá atestar a execução do serviço, para fins de pagamento.

7.3.3. Utilização do mesmo tipo e marca de óleo:

7.3.3.1. Nas futuras trocas de óleo, a empresa credenciada deverá utilizar a mesma marca e especificação de óleo lubrificante indicada no adesivo de controle da última troca, fixado no veículo.

7.3.3.2. Caso não seja possível a utilização da mesma marca por motivo de descontinuidade ou falta momentânea no mercado, a credenciada deverá comunicar previamente à Secretaria solicitante e utilizar produto com especificação técnica equivalente ou superior, devidamente homologado pela montadora e autorizado pela Administração Municipal.

Justificativa:

A exigência de utilização da mesma marca e especificação de óleo lubrificante indicada no adesivo de controle da última troca tem por finalidade assegurar a padronização e a continuidade da manutenção preventiva dos veículos da frota municipal, evitando a mistura de produtos de diferentes composições, o que pode comprometer o desempenho dos motores, reduzir sua vida útil e gerar custos adicionais de reparo.





Além disso, a adoção dessa medida garante aderência às recomendações técnicas das montadoras, preservando as condições de garantia dos veículos e assegurando a rastreabilidade dos serviços executados. A padronização também facilita o controle da manutenção pela Administração, permitindo o correto acompanhamento dos intervalos de troca e a verificação da conformidade dos serviços realizados pelas empresas credenciadas. Assim, trata-se de uma exigência estritamente técnica e preventiva, voltada à eficiência na gestão da frota pública, à redução de custos futuros e à segurança operacional dos veículos municipais.

7.4. Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado com base nos serviços efetivamente prestados, conforme valores unitários estabelecidos na tabela de referência e mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada; Não haverá qualquer tipo de exclusividade entre as empresas credenciadas, e os pagamentos ocorrerão de forma independente para cada prestador.

7.5. Fiscalização e Controle

A fiscalização da execução dos serviços caberá à Secretaria demandante, que verificará a adequação técnica e a conformidade com as especificações estabelecidas;

O Município poderá realizar avaliações periódicas de desempenho das credenciadas, podendo suspender ou descredenciar prestadores que não cumpram as condições contratuais, técnicas ou legais;

Toda comunicação entre o Município e as empresas credenciadas deverá ser formalizada por meio de ordens de serviço, requisições ou comunicações oficiais.

7.6. Vigência do Credenciamento

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante termo aditivo, conforme interesse da Administração e observância da legislação aplicável;

O credenciamento da empresa poderá ser interrompido ou revogado em caso de descumprimento das condições estabelecidas ou por interesse público devidamente motivado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O fornecimento da prestação de serviço e o pagamento serão parcelados, conforme requisição das secretarias solicitantes.

O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após a conclusão dos serviços, apresentação da nota fiscal e aprovação do servidor responsável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

9.1. A seleção dos prestadores de serviço dar-se-á por credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, mediante o atendimento integral às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo edital.

9.2. Poderão ser credenciadas todas as empresas que comprovarem o cumprimento dos requisitos de habilitação e aceitarem as condições contratuais e de execução fixadas pela Administração.

Após o credenciamento, os serviços serão distribuídos entre as empresas em sistema de rodízio, de forma isonômica e transparente, conforme a ordem cronológica de atendimento ou escala definida pela Secretaria demandante, observando a conveniência administrativa e a disponibilidade de cada prestador.

9.3. O credenciamento permanecerá aberto durante a vigência do Chamamento Público, permitindo o ingresso de novos interessados que atendam às condições estabelecidas, garantindo-se assim a continuidade, economicidade e eficiência na prestação dos serviços.

Modalidade da Licitação:

A licitação será realizada na modalidade Chamamento Público, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, por ser a mais adequada para a contratação de bens e serviços comuns.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total anual de R\$ 368.700,00 (trezentos e sessenta e oito mil e setecentos reais), com base nas despesas com manutenção veicular no ano de 2024, e conforme estimativa das Secretarias para realizar manutenções na frota durante o período de 01 (um) ano.

11. REFERÊNCIA DE PREÇOS

Para fins de estimativa de custos e futura composição de preços, os valores a serem praticados deverão obedecer à Tabela de Valores de Referência elaborada pela Administração Municipal para os serviços constantes do edital de chamamento público e seus anexos.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

EDUCAÇÃO E PROGRESSO

A referida tabela servirá de base para a definição dos valores máximos aceitáveis por serviço, observando os preços médios de mercado obtidos em pesquisa prévia, garantindo transparência, economicidade e padronização dos custos aplicáveis.

Os preços apresentados pelas empresas credenciadas deverão estar em conformidade com a referida tabela, sendo vedada a cobrança de valores superiores aos limites nela estabelecidos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
1.	Troca de óleo Veículos Leves e Caminhonetes	Serviço	15,00
2.	Troca de óleo Ônibus e Caminhões	Serviço	20,00
3.	Troca de óleo Maquinas Pesadas	Serviço	27,00
4.	Lubrificação / Biqueira	Serviço	4,60

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Classificação Funcional Programática						Atividade/Projeto/Elemento de Despesa		Fonte	Reduzido
4	122	00	1000	2	05	205	33903039	1501	45066
4	122	00	1000	2	05	205	33903001	1501	45050
4	122	00	1000	2	05	205	33903919	1500	35482
4	122	00	1000	2	017	2017	33903039	1501	45694
4	122	00	1000	2	017	2017	33903001	1501	45695
4	122	00	1000	2	017	2017	33903919	1500	37576
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903039	1500	38497
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903001	1500	35087
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903919	1500	37311
12	361	00	7	2	033	2033	33903039	1500	39953
12	361	00	7	2	033	2033	33903001	1500	41559
12	361	00	7	2	033	2033	33903919	1500	34970
12	122	00	9	2	038	2038	33903039	1500	44591
12	122	00	9	2	038	2038	33903001	1500	44377
12	122	00	9	2	038	2038	33903919	1500	37448
15	452	00	12	2	048	2048	33903039	2500	41578
15	452	00	12	2	048	2048	33903001	2500	45331
15	452	00	12	2	048	2048	33903919	1500	34980
20	608	00	34	2	079	2079	33903039	1500	35019
20	608	00	34	2	079	2079	33903001	1500	35303
20	608	00	34	2	079	2079	33903919	1500	35021
4	122	00	1000	2	085	2085	33903039	1500	40200
4	122	00	1000	2	085	2085	33903001	1500	41503
4	122	00	1000	2	085	2085	33903919	1500	40372
10	302	00	30	2	072	2072	33903039	1500	44211
10	302	00	30	2	072	2072	33903001	1500	35254
10	302	00	30	2	072	2072	33903919	2500	45242
8	245	00	2	2	014	2014	33903001	1660	41576
8	245	00	2	2	014	2014	33903039	1660	42387





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA

EDUCAÇÃO E PROGRESSO

8	245	00	2	2	014	2014	33903919	1660	37922
8	245	00	3	2	015	2015	33903001	1500	44545
8	245	00	3	2	015	2015	33903039	1500	45705
8	245	00	3	2	015	2015	33903919	1500	44523
8	12	00	4	2	016	2016	33903001	1660	44544
8	122	00	4	2	016	2016	33903039	1660	45706
8	122	00	4	2	016	2016	33903919	2660	45707

MARIA JOSÉ BORTOLUZZI PÔRTO
Secretária de Planejamento, Governança e Gestão

HELLEN IVANA KIRSCH
Oficial Administrativo





ANEXO II - DECLARAÇÕES

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua/Avenida, Nº....., bairro, Município de UF CEP por intermédio de seu representante legal, Senhor (a), inscrito (a) no CPF sob o nº....., sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da Lei 14.133/2021 que esta empresa, até apresente data:

- a) Declara que atende aos requisitos de habilitação, e é responsável pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- b) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
() Declaro para os devidos fins do disposto nº 63, IV, da lei 14.133/2021, que possuo menos de 100 (cem) empregados, estando portanto, desobrigada ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) Declara que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02.
- e) Declara por meio de seu (s) representante (s) legal (is), sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, até a presente data, nos termos da Lei 14.133/2021.
- f) Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- g) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Local, data e assinatura.





ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua/Avenida _____, Nº _____, bairro _____, Município de _____ UF _____ CEP _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da Lei 14.133/2021, declara que dispõe de mão de obra qualificada, com profissionais devidamente capacitados para a execução dos serviços de manutenção de veículos e/ou máquinas.

Restinga Sêca, de de 2025.

Assinatura Representante legal





ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Chamamento Público 010/2025
Processo Administrativo: 000/2025

Contrato que entre si celebram o Município de Restinga Sêca, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Governança e Gestão e a empresa -----, nos termos abaixo aduzidos:

O MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.490.306/0001-51, com sede na Rua Moisés Cantarelli, nº 368, bairro Centro, CEP 97.200-000, Restinga Sêca/RS, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. NORTON SOARES DA ROSA, Prefeito Municipal, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado da avença, a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à Rua/Av....., município de Restinga Sêca, RS, representada neste ato pelo(a) Sr. (a)....., doravante denominada **CREDENCIADA**, celebram o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, decorrente do Chamamento Público 010/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação dos serviços de troca de óleo, filtros e lubrificação, necessários à manutenção dos veículos e máquinas, pertencentes às diversas Secretarias da Prefeitura de Restinga Sêca, conforme condições estabelecidas no edital, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços de troca de óleo, filtros e lubrificantes, são necessários à manutenção dos veículos e máquinas que compõem a frota municipal para assegurar condições adequadas de uso, segurança e eficiência operacional.
- 1.3. A demanda por serviços, ocorre de forma frequente, em razão da utilização constante da frota em atividades essenciais, como transporte escolar, obras públicas, serviços agrícolas e deslocamentos administrativos.
- 1.4. A contratação por credenciamento público apresenta-se como a forma mais adequada, uma vez que permite a participação de múltiplas oficinas locais previamente habilitadas, garantindo agilidade no atendimento, redução de custos operacionais e continuidade dos serviços públicos mesmo em situações emergenciais.
- 1.5. Ademais, o credenciamento estimula a participação de empresas locais, promovendo a geração de renda e o fortalecimento da economia do Município de Restinga Sêca, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na legislação de regência.
- 1.6. Dessa forma, a presente contratação visa atender a uma necessidade contínua e essencial da Administração Municipal, garantindo a preservação da frota pública e a prestação adequada dos serviços à comunidade.
- 1.7. As especificações de óleo lubrificante, filtros e demais produtos a serem utilizados estão detalhadas na Tabela de Especificações Técnicas, anexa, a qual relaciona cada veículo da frota municipal e a respectiva especificação homologada pela montadora. As credenciadas deverão obrigatoriamente seguir as especificações indicadas, sob pena de descredenciamento e demais sanções previstas

1.8. Tabela de valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$
1.	Troca de óleo Veículos Leves e Caminhonetes	Serviço	15,00
2.	Troca de óleo Ônibus e Caminhões	Serviço	20,00
3.	Troca de óleo Maquinas Pesadas	Serviço	27,00
4.	Lubrificação / Biqueira	Serviço	4,60





1.9. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; o Estudo Técnico Preliminar, o Edital da Licitação; a Proposta do contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O processo de Chamamento Público permanecerá aberto para novos credenciamentos, por prazo indeterminado.

2.2. Na hipótese de renovação do presente Chamamento Público para Credenciamento, os valores serão reajustadas conforme a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se o período de 12 (doze) meses contados da data da publicação do edital de Chamamento Público em site oficial do Município.

2.3. O reajuste será aplicado mediante manifestação expressa da Administração Pública por apostilamento, com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual, nos termos do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. Os Termos de Credenciamento oriundo do Edital de Chamamento terão vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, sucessivamente, por interesse da Administração e com anuência da credenciada, de acordo com o Capítulo V - Da Duração dos Contratos - da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. Qualquer pessoa jurídica que se enquadre nos serviços elencados neste edital, durante o prazo de vigência, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, pode solicitar seu credenciamento.

2.6. A credenciada deverá ter disponibilidade imediata para o início da prestação dos serviços contratados.

2.7. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

2.8. Em caso de optar pela renovação a Administração convocará os credenciados para atualização dos documentos de habilitação e para assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Memorial Descritivo, anexos a este Termo.

3.2. Responsáveis:

GESTOR DA CONTRATAÇÃO: Maria José Bortoluzzi Pôrto, matrícula 1182-7

FISCAL DA CONTRATAÇÃO: Hellen Kirsch, matrícula nº 2471-6

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual nos termos da Lei 14133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Funcional Programática						Atividade/Projeto/Elemento de Despesa		Fonte	Reduzido
4	122	00	1000	2	05	205	33903039	1501	45066
4	122	00	1000	2	05	205	33903001	1501	45050
4	122	00	1000	2	05	205	33903919	1500	35482
4	122	00	1000	2	017	2017	33903039	1501	45694
4	122	00	1000	2	017	2017	33903001	1501	45695
4	122	00	1000	2	017	2017	33903919	1500	37576
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903039	1500	38497
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903001	1500	35087
4	129	00	1000	2	0111	20111	33903919	1500	37311





12	361	00	7	2	033	2033	33903039	1500	39953
12	361	00	7	2	033	2033	33903001	1500	41559
12	361	00	7	2	033	2033	33903919	1500	34970
12	122	00	9	2	038	2038	33903039	1500	44591
12	122	00	9	2	038	2038	33903001	1500	44377
12	122	00	9	2	038	2038	33903919	1500	37448
15	452	00	12	2	048	2048	33903039	2500	41578
15	452	00	12	2	048	2048	33903001	2500	45331
15	452	00	12	2	048	2048	33903919	1500	34980
20	608	00	34	2	079	2079	33903039	1500	35019
20	608	00	34	2	079	2079	33903001	1500	35303
20	608	00	34	2	079	2079	33903919	1500	35021
4	122	00	1000	2	085	2085	33903039	1500	40200
4	122	00	1000	2	085	2085	33903001	1500	41503
4	122	00	1000	2	085	2085	33903919	1500	40372
10	302	00	30	2	072	2072	33903039	1500	44211
10	302	00	30	2	072	2072	33903001	1500	35254
10	302	00	30	2	072	2072	33903919	2500	45242
8	245	00	2	2	014	2014	33903001	1660	41576
8	245	00	2	2	014	2014	33903039	1660	42387
8	245	00	2	2	014	2014	33903919	1660	37922
8	245	00	3	2	015	2015	33903001	1500	44545
8	245	00	3	2	015	2015	33903039	1500	45705
8	245	00	3	2	015	2015	33903919	1500	44523
8	12	00	4	2	016	2016	33903001	1660	44544
8	122	00	4	2	016	2016	33903039	1660	45706
8	122	00	4	2	016	2016	33903919	2660	45707

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias após o devido recebimento da nota fiscal por parte do órgão competente e aceite do Gestor de Frotas.

6.2. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3. Ao Município reserva-se o direito de suspender o pagamento se a execução do objeto estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e seus anexos.

6.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA (IBGE) do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

6.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do edital de concorrência pública e do número da ata de registro de preços assinada, a fim de acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

6.6. A licitante deverá atender à obrigatoriedade de retenção do imposto de renda, dessa forma, na nota fiscal deverá ser informado o valor do imposto de renda a ser retido, conforme IN RFB 1.234/2012. As notas fiscais que não fizerem menção à retenção serão devolvidas e não liquidadas pelo setor de contabilidade.

6.6.1. As empresas optantes do Simples Nacional e as enquadradas como MEI estão dispensadas de observar a IN por estarem isentas de tributos, restando essa obrigatoriedade para as demais.





CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor (es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei n. 14.133/21;
- b) Os representantes da administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21;
- c) As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas ao gestor da pasta para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21.
- d) Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue;
- e) Atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva execução dos serviços contratados;
- f) Efetuar o pagamento ajustado e na data aprazada;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços contratados, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela vencedora do certame;
- i) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- j) Comunicar ao município, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para regularização, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;
- k) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- l) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- m) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- n) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- o) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- p) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- a) Responder por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução da contratação, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;
- b) Cumprir dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas, bem como manter em dia as obrigações sociais e salariais dos empregados;
- c) A CREDENCIADA assume o compromisso formal de começar os serviços, objeto deste edital, para o qual for declarada habilitada, imediatamente após a assinatura e publicação do termo de Credenciamento;
- d) A CREDENCIADA será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 72 (setenta e duas) horas, as providências necessárias para o ressarcimento;
- e) Deverão ser prestados pela CREDENCIADA, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- f) No valor credenciado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto;
- g) Prestar os serviços de manutenção conforme solicitação do Município e de acordo com a sua necessidade;
- h) Manter, durante todo o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e os dados cadastrais da CREDENCIADA atualizados;
- i) A empresa deverá manter a qualificação de cada membro da equipe de funcionários que se responsabilizarão pelos trabalhos;





- j) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços demandados, tendo prazo máximo de 24 horas para solucionar.
- k) Reportar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas no período de execução dos serviços;
- l) Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- m) Apresentar, por escrito, quando solicitado pela Contratante, relatório técnico dos serviços realizados;
- n) Manter regular licença ambiental pertinente às atividades desenvolvidas;
- o) Dar a destinação apropriada aos resíduos, obedecendo a preceitos da legislação ambiental;
- p) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os equipamentos em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço de manutenção ou de materiais empregados;
- r) Responsabilizar-se por sinistros e acidentes com o veículo da Contratante, durante o período em que este estiver sob sua guarda e responsabilidade;
- s) Manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação;
- t) Designar um funcionário com o qual possa ser feito contato sempre que for necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos veículos que fazem parte do contrato e, em caso de mudança, o nome do novo encarregado deve ser informado, por escrito, ao Município;
- u) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- v) Prestar os serviços com qualidade, observando as boas práticas técnicas e as especificações estabelecidas no edital e no Termo de Credenciamento.
- w) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços.
- x) Manter comunicação constante com a administração pública para informações sobre o andamento dos serviços.
- y) **Utilização do mesmo tipo e marca de óleo:**
- z) Nas futuras trocas de óleo, a empresa credenciada deverá utilizar a mesma marca e especificação de óleo lubrificante indicada no adesivo de controle da última troca, fixado no veículo.
- z.1.) Caso não seja possível a utilização da mesma marca por motivo de descontinuidade ou falta momentânea no mercado, a credenciada deverá comunicar previamente à Secretaria solicitante e utilizar produto com especificação técnica equivalente ou superior, devidamente homologado pela montadora e autorizado pela Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

9.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

9.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

9.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

9.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.





9.2.3. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

9.2.4. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

9.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA está exposto.

9.3.1. A critério do MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

9.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

9.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

9.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

9.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, mediante solicitação.

9.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

9.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

9.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

9.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

9.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

9.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

9.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os





Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

9.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA para as finalidades pretendidas neste contrato.

9.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA.

9.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Das Infrações Administrativas

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

10.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.5. Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6. Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, após manifestação de interesse;

10.1.1.7. Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

10.1.1.8. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9. Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11. Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12. Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

10.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada, as seguintes sanções:

10.2.2.1. Advertência, para a infração prevista no item subitem 10.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2.2. Multa, nas modalidades:

10.2.2.2.1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 10.1.1.1. a 10.1.1.12.

10.2.2.2.2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.2.3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 10.1.1.2. a 10.1.1.7., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 10.1.1.8. a 10.1.1.12.

10.3. Da Aplicação das Sanções

10.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

10.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.





10.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

10.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

10.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

10.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A empresa credenciada fica obrigada a manter garantia mínima de 90 (noventa) dias para os serviços.

A contagem dos prazos de garantia iniciar-se-á a partir da data de recebimento definitivo, pelo Município, das notas fiscais de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O credenciado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do termo de credenciamento no Sítio Oficial, que é condição indispensável para a sua eficácia, conforme preceitua o art. 94 da Lei 14.133/2021, sendo aplicados ao CONTRATANTE os termos do art. 176 da Lei 14.133/2021 por possuir menos de 20.000 habitantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro do Município de Restinga Sêca/RS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha se tornar, para dirimir quaisquer questões que possam advir do presente

Restinga Sêca, de _____ de 2025.

NORTON SOARES DA ROSA
Prefeito Municipal

Credenciada

